

ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2024

A PESCA ARTESANAL NA LUTA

PELOS SEUS DIREITOS



Ficha Técnica

PUBLICAÇÃO DO CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES E PESCADORAS

O Conselho Pastoral dos Pescadores e Pescadoras - CPP é uma pastoral social ligada à Comissão Episcopal para a Ação Sociotransformadora da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB.

Presidente > Dom José Altevir da Silva

Vice-presidente > Dom José Luiz F. Sales

Secretário-executivo Nacional > Francisco Nonato

Secretária de Território e Meio Ambiente > Andrea Rocha

Secretário de Economia Solidária > Marcelo Apel

Secretária de Direitos e Organização > Valmira Gonçalves

Organização de Conteúdo > Marcelo Apel

Textos > Marcelo Apel e Andrea Rocha

Ilustrações: Capa, Págs. 3,4,7 - Construídas com a ferramenta de IA do Microsoft Designer

Charges: Pág. 6 - Márcio Baraldi | Pág. 9 - Dum | Pág. 11 - Bira Dantas | Pág. 13 - Néo Correia | Pág. 15 - Simon Taylor

Revisão > Ingrid Campos

Revisão Técnica > Marcelo Apel

Projeto Gráfico, Editoração > Ingrid Campos

Apoios > Misereor, Naturskyddsforeningen, Adveniat

Setembro de 2024

Sumário

- Apresentação	3
- Roteiro para realizar as rodas de conversa	4
- Roda de conversa 1	5
- Roda de conversa 2	11
- Proposta de Carta 1	17
- Proposta de Carta 2	18
- Arquivo das Cartas	20

Apresentação



As eleições municipais deste ano são muito importantes para o futuro do Brasil. É nos municípios que são atendidos de forma direta os “cidadãos” e “cidadãs”. Os pescadores e pescadoras são cidadãos sujeitos de direitos. Os direitos conquistados e a conquistar começam em lutas locais. Conseguir uma Unidade Básica de Saúde, uma Escola, garantir o território, viver nossas culturas e religiões. É onde vivemos e construímos o bem viver na mãe terra. Por isso é um território sagrado.

O Conselho Pastoral dos Pescadores continua “nas águas da organização, pescando vida e dignidade”. Por isso pensamos este material para apoiar na reflexão dos pescadores e pescadoras das comunidades e suas organizações neste momento importante da luta pela democracia. Esta cartilha foi pensada para fazer a reflexão sobre estas eleições e como participar de forma consciente e organizada. De forma coletiva, juntos e juntas.

Precisamos estar vigilantes na luta por nossos direitos. Tenham uma boa conversa e tirem encaminhamentos concretos de compromisso para os candidatos.

Roteiro para realizar as Rodas de Conversa:

Para isso a cartilha foi elaborada na forma de 02 rodas de conversas com os grupos. Podem fazer nas comunidades, nas associações, colônias, sindicatos, igrejas, debaixo de uma árvore, nos ranchos de pesca e nas pesqueiras, nas casas das famílias. Juntando as pescadoras e pescadores para uma boa conversa. Pode-se fazer só uma roda de conversa ou duas. Em cada local o grupo decide.

A proposta é que ao final os grupos elaborem uma carta compromisso. Esta carta deve ser entregue aos candidatos, pedindo a assinatura e o compromisso para trabalharem para apoiar as demandas dos pescadores e pescadoras.

Preparam o ambiente da roda de conversa com locais para as pessoas sentarem e se sentirem à vontade.

Recebam todos e todas com “boas vindas” e agradecendo a presença.

Indiquem um moderador para apoiar na condução de reunião. Combinem horário de começo e fim para não ficar cansativo.

Se for bom para todos, façam uma mística inicial lembrando das lutas, das necessidades e desafios coletivos que vocês enfrentam.

O texto pode ser lido de forma coletiva ou pedindo que cada pessoa leia um parágrafo.



Roda de Conversa 01

Início da roda de conversa:

Moderador:

Dá as boas-vindas a todas e todos e explica que a reunião é para discutir sobre a boa política. A política que é feita para a maioria. A política que garante acesso aos direitos de todos e para todos. Pede a colaboração das pessoas para a leitura do texto.

Leitor 01:

A democracia é o melhor caminho para a construção de uma sociedade. Porém a verdadeira Democracia tem poucos anos de vida no Brasil. Com a “Independência” do Brasil (1822) se inicia a democracia das elites. Nesta “democracia” só votavam os ricos e proprietários. Homens ricos e brancos eram a minoria. A maioria da população neste período era escrava e outra parte pobre. Essa democracia alimentou os grandes proprietários e algumas pessoas ricas das cidades. Com a “república” (1889) esse quadro não mudou muito.

Leitora 02:

Mulheres que já não votavam antes, continuaram fora da “democracia”. A mesma coisa para analfabetos, que eram a maioria da população. Neste período se fortaleceram mais ainda os “coronéis” que controlavam os votos da população pobre. Chamavam isso de curral eleitoral onde o cabresto dava a direção dos votos. A continuidade da democracia das e para as elites continuou até os anos 1930. Mesmo assim as mulheres continuavam sem direito ao voto assim como os analfabetos. Só em 1946 é que as mulheres, a partir de muita luta conquistaram o direito de votar e ser votadas. Os analfabetos, ainda maioria, só conquistaram esse direito em 1988.

**“Com a
‘Independência’
do Brasil (1822) se
inicia a democracia
das elites. Nesta
‘democracia’ só
votavam os ricos e
proprietários.”**

Leitor 03:

A democracia é explicada como o poder exercido pelo povo, a partir da vontade do povo e com o povo. Podemos ver que na história do Brasil a maioria do povo só pode exercer o direito ao voto muito recentemente. De 1822 a 1988 são somente 166 anos dos 524 de Brasil. Mas neste período tivemos vários golpes cívico-militares. O primeiro foi dado por Pedro I (1824) quando escreveu uma constituição por conta própria. Depois na proclamação da República (1889), quando os militares fazem acordo com os latifundiários. Na ditadura do Estado Novo (1935/1945) e de 1964 a 1985 na ditadura militar.

**Leitora 04:**

Foram poucos os anos de “democracia” sem interrupções. Temos apenas 36 anos onde a maioria da população tem o direito de votar (1988 a 2024), quando os analfabetos foram incluídos como eleitores. Por outro lado, mesmo com o “voto livre” para todos os cidadãos brasileiros, a maioria da população continua sem representação nos poderes executivo e legislativo. O poder do dinheiro, aliado com grandes proprietários de terras, banqueiros e a grande mídia ainda controlam a democracia brasileira.

Moderador:

Vocês veem a história assim também? No nosso município como foram as eleições ao longo da história? (tempo para fala das pessoas).

Leitor 05:

As eleições municipais são a base de nossa “democracia”. São nestas eleições que se fazem os acordos para as eleições “majoritárias”. Quando são eleitos os Governadores, o Presidente, os deputados estaduais, federais e os senadores. Os candidatos aos cargos das próximas eleições já se articulam e se aliam. com o pensamento nas eleições seguintes. Portanto as eleições municipais são a base para o que se verá nas eleições seguintes. Estes

processos de construção de alianças e apoios na grande maioria das vezes são feitos a partir de recursos públicos, sejam eles do Fundo Partidário e do Fundo Eleitoral ou das “Emendas Parlamentares Impositivas”.

Leitora 06:

As emendas parlamentares são uma das formas de propina legalizada. Foi criada, inicialmente por Fernando Henrique para garantir sua reeleição (mais um golpe). Depois os valores das emendas foram aumentando. Se tornando um verdadeiro leilão de recursos públicos. Foi criado o “orçamento secreto”, onde não se sabe quanto recurso tem e para onde serão destinados. Os vereadores, deputados estaduais e federais e, senadores destinam recursos para garantir apoios de suas bases eleitorais.

Leitor 01:

Muitas vezes, esta destinação de recursos atrapalham a aplicação de políticas públicas de longo prazo. São feitas emendas sem nenhuma conexão com o fortalecimento das políticas públicas que garantam os direitos da população. O SUS, a educação, segurança e o desenvolvimento do país ficam com poucos recursos. Se elegermos vereadores e prefeitos que estão aliados a deputados, senadores que não defendem os direitos da maioria da população a situação não irá mudar. Pode até piorar. Por isso refletir e cobrar compromissos dos candidatos nesta eleição é essencial.

Moderador:

Com quem os candidatos a prefeito e vereador estão comprometidos? Quais deputados estaduais, federais e senadores estão apoiando os candidatos de nosso município?



Que leis estes deputados e senadores apoiaram? São leis que garantem os direitos ou retiraram direitos dos pescadores e dos trabalhadores? Votaram na “deforma” da previdência? Na reforma trabalhista? Na emenda constitucional que privatiza as praias e beira de rios e lagos? (tempo para as pessoas contribuírem)

Moderador:

Vamos lembrar da importância de pesca artesanal no Brasil e em nosso município. A pesca artesanal é parte do patrimônio cultural e imaterial brasileiro, é uma atividade milenar e tradicional. O que chamamos de território tradicional pesqueiro é o lugar de conexão entre a água e a terra.

“Que leis estes deputados e senadores apoiaram? São leis que garantem os direitos ou retiraram direitos dos pescadores e dos trabalhadores?”

Leitora 02:

Nas águas dos rios, mares, lagos, lagoas, manguezais, estuários, igarapés, pescadores e pescadoras artesanais pescam, mariscam e extraem os pescados de forma que a natureza consegue repor. É na terra que está a moradia dos pescadores e pescadoras artesanais. Muitas comunidades pesqueiras praticam a agroecologia e cultivo de roças. Atividades de lazer, religiosas e produtivas se alternam e se somam neste território que é constituído de água e de terra. Mas, o ar também faz parte desse território pesqueiro e possui grande importância para as plantas, animais e na vida do povo e dos seres que habitam no território. Não é por acaso que pescadores e pescadoras se orientam e respeitam os ventos. Do outro lado as empresas querem transformar os ventos em mercadoria, destruindo o modo de vida de pescadores e pescadoras artesanais, dos animais e dos ecossistemas.

Leitor 03:

Além de tudo isso, é uma atividade econômica muito importante para o nosso país, gerando trabalho e renda para cerca de 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) pessoas e suas famílias. Mais de 60% da produção de pescado que chegam no prato dos brasileiros, vem da pesca artesanal. No Norte e Nordeste essa produção chega a mais de 75%. Pescadores e Pescadoras artesanais sustentam uma importante e

grande cadeia de produção. Ela envolve pequenos, médios e grandes comerciantes de pescados, bares, restaurantes e o setor do turismo. Tem também os fabricantes de petrechos, de embarcações e muito mais.

Leitora 04:

O território das comunidades pesqueiras sofre com invasões constantes de empreendimentos econômicos que querem privatizar e explorar a natureza dos territórios. Seu objetivo é gerar riqueza para poucos. Não estão preocupados com os danos para as comunidades, para o ambiente e para toda sociedade. Isso porque os territórios tradicionais pesqueiros e seus povos prestam serviços ambientais e cuidam destes territórios em benefício de toda população.



Leitor 05:

Os grandes empreendimentos causam intensos conflitos. Mineradoras, petroleiras, agronegócio, hidronegócio, parques eólicos, hidrelétricas, portos, especulação imobiliária e a indústria do turismo afetam negativamente os territórios pesqueiros. Eles expulsam e deslocam as comunidades. Causam adoecimento físico e mental nos pescadores e pescadoras. Poluem e contaminam o ambiente, reduzem a quantidade e a qualidade e, até a extinção de espécies importantes para a pesca.

Leitora 06:

Eles também provocam a crise climática que estamos vivendo no Brasil e no mundo. As grandes enchentes como a Sul da Bahia e Pernambuco em 2022, no litoral de São Paulo em 2023 e do rio Grande do Sul em /junho deste ano. Também secas que vem acontecendo na Amazônia são resultados da devastação e degradação ambiental. Isso causa o massacre do modo de vida dos povos e comunidades tradicionais para que os grandes empreendimentos lucrem.

Leitor 01:

Para destacar, vamos lembrar da PEC (Projeto de Emenda Constitucional) da privatização dos terrenos de Marinha ou PEC das praias que está em tramitação no Senado Federal. Se for aprovada pode ser outro grande desastre para as comunidades pesqueiras. Se já há conflitos e degradação nas beiras de praias, rios, lagoas, manguezais e dunas, sendo estes propriedade da União, imaginem se esses territórios ficarem nas mãos privadas, dos estados e municípios?

Moderador:

Essa realidade também acontece em nosso município? Quais fatos podemos falar que acontecem por aqui:

(tempo para o povo falar)

Moderador:

Município é uma palavra central nesse período porque estamos em ano de eleições municipais. É essencial refletir sobre o papel dos prefeitos/as, vereadores/as a sua relação com a pesca artesanal e o território tradicional pesqueiro. É tempo de pescador e pescadora virar siri na lata. acari na lata, virar carranca para defender o direito do povo e território.

Moderador:

Aqui podemos encerrar esta primeira roda de conversa e marcar outro momento para continuar. Se estiverem de acordo continuamos. Senão marcamos outro dia para continuarmos.

Se encerra a reunião agradecendo a vinda de todas e todos e reforça o convite para a próxima.

Ou se continua a conversa com a leitura do texto a seguir.

“É tempo de pescador e pescadora virar siri na lata. acari na lata, virar carranca para defender o direito do povo e território.”

Roda de Conversa 02

- Preparam o ambiente com locais para as pessoas sentarem e se sentirem à vontade.
- Recebam todos com “boas vindas” e agradecendo a presença.
- Se for bom para todos façam uma mística inicial lembrando das lutas, das necessidades e desafios coletivos que vocês enfrentam.
- O texto pode ser lido de forma coletiva ou pedindo que cada pessoa leia um parágrafo.

Início da roda de conversa:

Moderador:

Dá as boas-vindas a todas e todos e explica que a reunião é para discutir sobre a boa política. A política que é feita para a maioria. A política que garante acesso aos direitos de todos e para todos. Esta roda de conversa é para continuar a conversa do outro dia. Pede a colaboração das pessoas para a leitura do texto.

Leitora 01:

Quais são os direitos dos pescadores e pescadoras que temos que defender e lutar para conquistar? Esta pergunta tem que orientar a nossa decisão na escolha dos candidatos.

Democracia é...



*...o 'governo do povo'.
E não pode excluir ninguém!*

Lista de Direitos:

- Garantia de regularização dos territórios pesqueiros;
- Livre acesso aos rios, lagoas, igarapés, manguezais, baías, gamboas, estuários, praias e ao mar, para exercer a pesca;
- Acesso aos direitos sociais: aposentadoria, auxílio doença, auxílio maternidade, pensão por invalidez, renda mínima (bolsa família);

Leitor 02:

- Direito de resgatar e manter a cultura e o modo de vida da pesca artesanal;
- Acesso a saúde e cuidados com as doenças da profissão;
- Direitos de assistência em situações de emergência e de desastres (e crimes) ambientais e da crise climática;
- Acesso à educação de qualidade e adequada a realidade das pescadoras e pescadores
- Direito ao Registro da Profissão (carteira de pescador) e ao seguro defeso nos períodos necessários a reprodução dos peixes;

Moderador:

Que outros direitos nós temos e que não estão sendo atendidos? (tempo para as pessoas falarem)

Moderador:

É importante agir de forma organizada. As decisões e lutas coletivas tem mais força. Mas qual é o papel dos Vereadores e Prefeitos na garantia destes direitos? De forma geral as funções de vereadores e prefeitos são as seguintes:

Leitora 03:

1- Vereador:

- Elaborar as leis que são de competência do município,
- Discutir e votar os projetos que serão transformados em leis

“É importante agir de forma organizada. As decisões e lutas coletivas tem mais força.”

- c) Fiscalizar as ações da administração municipal e do prefeito;
- d) Aprovar o orçamento municipal de gastos do município e propor emendas para realização de outras obras e ações;
- e) Buscar recursos públicos junto aos órgãos estaduais e federais e buscar emendas aos orçamentos estadual e federal que beneficiem o município;

Leitor 04:

2 - Prefeito:

- a) Organizar os serviços públicos de interesse local;
- b) Propor aos vereadores o orçamento municipal de gastos do município para realização das obras e ações;
- c) Buscar recursos públicos junto aos órgãos estaduais e federais e buscar emendas aos orçamentos estadual e federal que beneficiem o município;
- d) Proteger o patrimônio histórico-cultural do município;
- e) Garantir o transporte público e a organização do trânsito;
- f) Atender à comunidade, ouvindo suas reivindicações e anseios;
- g) Pavimentar ruas, preservar e construir espaços públicos, como praças e parques;

Leitora 05:

- h) Promover o desenvolvimento urbano e o ordenamento territorial;
- i) Buscar convênios, benefícios e auxílios para o município;
- j) Apresentar projetos de lei à câmara municipal, além de aprovar ou vetar;
- k) Articular politicamente com outras esferas do poder, sempre com intuito de beneficiar a população local;
- l) Zelar pelo meio ambiente, pela limpeza da cidade e pelo saneamento básico;

PREFEITO, O QUE
SENHOR COMPROU
PARA DEIXAR A
PREFEITURA
TÃO ENDIVIDADA?

MINHA
REELEIÇÃO!

BOCADURA.COM

Álvaro
CORREIA



- m) Construir e manter, em boas condições de funcionamento, postos de saúde, escolas e creches municipais, além de assumir o transporte escolar das crianças;
- n) Arrecadar, administrar e aplicar os impostos municipais da melhor forma;
- o) Planejar, comandar, coordenar e controlar, entre outras atividades relacionadas ao cargo.

Moderador:

Dentro destas competências como os vereadores e prefeitos devem trabalhar para garantir os direitos dos pescadores?

(tempo para as pessoas falarem)

Moderador:

Vamos ver algumas sugestões:

Leitora 06:

- Criar leis municipais que protejam e valorizem os pescadores:

- tornar patrimônio cultural e imaterial a profissão de pescador, de marisqueiras;
- as embarcações e sua construção e, os apetrechos de pesca locais;
- apoiar as festas tradicionais dos pescadores (São Pedro, Festivais, Danças, etc) e destinar recursos para estas leis;
- garantir aos pescadores acesso aos seus territórios e locais de pescarias construindo portos de desembarque, locais de apoio a manutenção de embarcações e apetrechos (pequenos estaleiros);

- Criar feiras ou espaços de comercialização dos produtos da pesca artesanal e apoiar demandas na busca de infraestrutura de beneficiamento e comercialização de pescado;

Leitor 01:

- Apoiar leis estaduais e federais que garantam a regularização dos territórios tradicionais pesqueiros, comprometendo os candidatos estaduais e federais no apoio nas assembleias legislativas e congresso;
- Apoio as demandas dos pescadores e pescadoras junto aos órgãos públicos de saúde, educação, crédito e assistência técnica através de petições e ofícios solicitando resolução e acesso aos direitos;

“tornar patrimônio cultural e imaterial a profissão de pescador, de marisqueiras”

- Propor convênios e acordos de cooperação técnica com os órgãos estaduais e federais para garantir o acesso ao registro dos pescadores e ao seguro defeso;
- Elaborar em conjunto com os pescadores e pescadoras emendas aos orçamentos municipais, estaduais e federal que atendam às necessidades dos pescadores nos mais diversos direitos;

Leitora 02:

- Defender os modos de vida e os territórios tradicionais dos pescadores na implantação de grandes projetos (eólicas, portos, estradas, etc) e da especulação imobiliária dentro do território municipal;
- Rever os planos diretores dos municípios na garantia e defesa das tradições dos pescadores e pescadoras e seus espaços de manifestação;
- Criar leis municipais de proteção ambiental para os ecossistemas do território e para espécies;
- Propor legislação municipal para a Consulta Prévia Livre, Informada e de Boa Fé em caso de projetos e leis relacionados ao território e modos de vida;

Leitor 03:

- Discutir com a população e elaborar plano municipal para diminuir e adaptar o município diante da crise climática;
- Apoiar e organizar serviços municipais para a garantia de compra de pescado pelo PAA e PNAE;
- Apoiar a luta das comunidades pesqueiras pela manutenção dos terrenos de Marinha contra a PEC 03, que privatiza o acesso as praias e beiras de rios e lagos;
- Participar dos processos para Emissão de TAUS, junto ao SPU e a criação de RESEX para territórios tradicionais em situação de conflitos e ameaças;



Moderador:

Que outras propostas temos para comprometer os candidatos a prefeito e vereadores com as lutas da pesca artesanal?

(tempo para as pessoas falarem)

Vamos elaborar uma carta compromisso para os candidatos assinarem? Uma carta onde colocamos nossas principais demandas e pedimos para eles assinarem se comprometendo? Temos aqui uma proposta de carta onde podemos colocar nossas propostas?

Moderador:

Vamos ler a proposta de carta e se todos concordarem vemos como entregar.

(Leitores leem a proposta de carta e se fazem os ajustes colocando o nome do candidato (ou candidatos), o nome da comunidade ou da organização que irá entregar a carta.

Moderador:

Podemos pensar numa comissão para entregar para todos os candidatos ou para aqueles que vemos que estarão mais próximos das nossas propostas?

(escolher os nomes das pessoas – pescadoras e pescadores – para a comissão)

Vamos entregar nos comitês dos candidatos? Ou quando algum dos candidatos vier fazer reunião ou comício na comunidade podemos entregar?

(encaminhar bem as decisões e a comissão de entrega)

Proposta de Carta Compromisso 1

(local e data)

Nós pescadoras e pescadores da (colocar o nome da comunidade ou da organização), sabemos da importância das eleições municipais para alcançarmos nossos direitos. É nos municípios que são atendidos de forma direta os “cidadãos” e “cidadãs”.

Também sabemos da importância da pesca artesanal para nosso município. A maioria do pescado que chega na mesa da população é produzido por nós. Cuidamos dos nossos territórios onde boa parte da população vem passar seus momentos de lazer. Contribuímos com a geração de renda de mais (colocar o número aproximado de pescadores do município) e suas famílias. Toda uma rede de produção existe a partir dos nossos produtos. Comerciantes de pescados, bares, restaurantes e outros trabalhadores que fazem apetrechos, constroem e reparam embarcações, comércio de motores, gelo, combustíveis movimentam a economia local. A aposentadoria e o seguro defeso são importantes recursos que fortalecem o comércio e serviços no município.

Nestas eleições queremos o compromisso dos candidatos com nossos direitos e necessidades. Seguem abaixo algumas de nossas propostas para apoiarmos a sua candidatura:

(colocar lista de propostas – coloquem as propostas aprovadas nas rodas de conversa e vejam as sugestões colocadas no texto da cartilha)

(Colocar o nome do candidato e espaço para assinatura)

Proposta de Carta Compromisso 2

(local e data)

Nós pescadoras e pescadores da (colocar o nome da comunidade, município ou da organização), sabemos da importância das eleições municipais para alcançarmos nossos direitos. É nos municípios que são atendidos de forma direta os “cidadãos” e “cidadãs”.

Também sabemos da importância da pesca artesanal para nosso município. A maioria do pescado que chega na mesa da população é produzido por nós. Cuidamos dos nossos territórios onde boa parte da população vem passar seus momentos de lazer. Contribuímos com a geração de renda de mais (colocar o número aproximado de pescadores do município, ou da comunidade) e suas famílias. Toda uma rede de produção existe a partir dos nossos produtos. Comerciantes de pescados, bares, restaurantes e outros trabalhadores que fazem apetrechos, constroem e reparam embarcações, comércio de motores, gelo, combustíveis movimentam a economia local. A aposentadoria e o seguro defeso são importantes recursos que fortalecem o comércio e serviços no município.

Nestas eleições queremos o compromisso dos candidatos com nossos direitos e necessidades. Seguem abaixo algumas de nossas propostas para apoiarmos a sua candidatura:

(ESCOLHER DAS PROPOSTAS ABAIXO AS QUE SÃO MAIS NECESSÁRIAS NO MUNICÍPIO E ACRESCENTAR OUTRAS QUE FOREM DISCUTIDAS NAS RODAS DE CONVERSA)

- Criar leis municipais que protejam e valorizem os pescadores:
 - tornar patrimônio cultural e imaterial a profissão de pescador, de marisqueiras; as embarcações e sua construção e, os apetrechos de pesca locais;
 - apoiar as festas tradicionais dos pescadores (São Pedro, Festivais, Danças, etc) e destinar recursos para estas leis;

- garantir aos pescadores acesso aos seus territórios e locais de pescarias construindo portos de desembarque, locais de apoio a manutenção de embarcações e apetrechos (pequenos estaleiros);
 - Criar feiras ou espaços de comercialização dos produtos da pesca artesanal e apoiar demandas na busca de infraestruturas de beneficiamento de pescado e sua comercialização;
 - Apoiar leis estaduais e federais que garantam a regularização dos territórios tradicionais pesqueiros, comprometendo os candidatos estaduais e federais no apoio nas assembleias legislativas e congresso;
 - Apoio as demandas dos pescadores e pescadoras junto aos órgãos públicos de saúde, educação, crédito e assistência técnica através de petições e ofícios solicitando resolução e acesso aos direitos;
 - Propor convênios e acordos de cooperação técnica com os órgãos estaduais e federais para garantir o acesso ao registro dos pescadores e ao seguro defeso;
 - Elaborar em conjunto com os pescadores e pescadoras emendas aos orçamentos municipais, estaduais e federal que atendam às necessidades dos pescadores nos mais diversos direitos;
 - Defender os modos de vida e os territórios tradicionais dos pescadores na implantação de grandes projetos (eólicas, portos, estradas, etc) e da especulação imobiliária dentro do território municipal;
 - Rever os planos diretores dos municípios na garantia e defesa das tradições dos pescadores e pescadoras e seus espaços de manifestação;
 - Criar leis municipais de proteção ambiental para os ecossistemas do território e para espécies;
 - Propor legislação municipal para a Consulta Prévia Livre e informada e de Boa Fé em caso de projetos e leis relacionados ao território e modo de vida;
 - Discutir com a população e elaborar plano municipal para diminuir e adaptar o município diante da crise climática;
 - Apoiar e organizar serviços municipais para a garantia de compra de pescado pelo PAA e PNAE;
 - Apoiar a luta das comunidades pesqueiras pela manutenção dos terrenos de Marinha contra a PEC 03, que privatiza o acesso as praias e beiras de rios e lagos:
 - Participar dos processos para Emissão de TAUS, junto ao SPU e a criação de RESEX para territórios tradicionais em situação de conflitos e ameaças;

(Colocar o nome do candidato ou candidatos e espaço para assinatura)

Arquivo das cartas

- Acesse os arquivos dos modelos de cartas em word. Para baixar, basta clicar no link abaixo ou acesse através do QR code:

[- Link para baixar Modelos de Cartas](#)



@cppnacional



www.cppnacional.org.br

